

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1396 | 17/07/2017 a 23/07/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

CUSTO DE PRODUÇÃO

DESEMPENHO DA SUINOCULTURA

Produtores têm melhora na rentabilidade,
mas capacidade de investimento ainda é baixa

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Há nove anos, a FAEP faz o levantamento do custo de produção da suinocultura no Paraná. Este ano, o estudo que abrange o período de abril de 2016 a abril de 2017 mostra que a atividade apresentou uma alta na rentabilidade, mas mesmo assim a capacidade de investimento permanece limitada. Os produtores ainda enfrentam nos últimos meses redução nos preços causada pela queda na demanda por carne suína.

Trazemos nesta edição o que a Reforma Trabalhista, aprovada no Senado, modifica na relação empregador-empregado. Criada em 1943, a CLT vai ser modernizada. A atualização é fundamental para a geração de novos postos de trabalho e para desonerar os custos das empresas.

Boa leitura.

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores**

Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro |

Delegados Representantes: Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

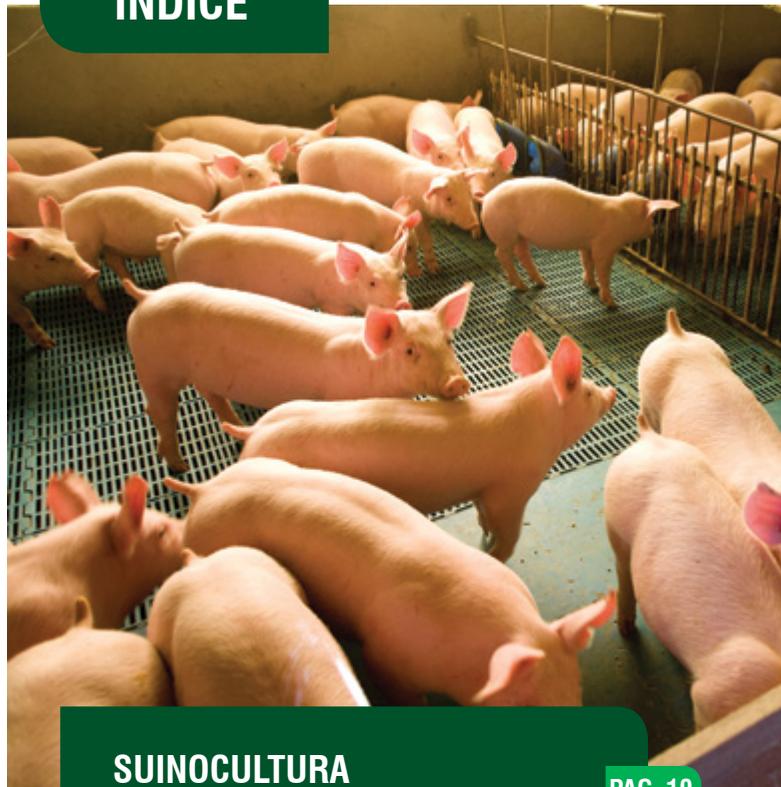
Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Edição:** Ricardo Medeiros **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1396:

Fernando Santos, Agência Senado, AEN, Milton Dória, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE



SUINOCULTURA

Custo de produção

PAG. 10

REFORMA TRABALHISTA

Atualização da CLT

Pág. 3

MILHO

Análise sobre a safra do grão

Pág. 16

HISTÓRIA

A geada que abalou a cafeicultura do Paraná

Pág. 20

AFTOSA

Pressão por mudança na composição da vacina

Pág. 22

PAP 2017/18

BB destina R\$ 13,6 bi para apoiar produtores paranaenses

Pág. 24

Modernização da CLT

Aprovação da Reforma Trabalhista atualiza legislação brasileira, promovendo maior flexibilidade na relação empregador-empregado



A sessão que aprovou a Reforma Trabalhista no Senado durou 11 horas

A Reforma Trabalhista aprovada no dia 11 de julho pelo Senado faz uma ampla revisão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Criada por decreto em 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas (1882-1954), a CLT regulamenta as relações trabalhistas no país.

Com a medida, a negociação entre empresas e trabalhadores prevalecerá sobre a lei em pontos, como parcelamento das férias, flexibilização da jornada, participação nos lucros e resultados, intervalo de almoço, plano de cargos e salários e banco de horas.

A reforma vai modernizar a legislação trabalhista, promovendo maior flexibilidade nas modalidades de contratação e demissão, assim como ao dar mais poder para a negociação entre sindicato e empresa, que poderão a partir de agora se sobrepor à CLT.

Já FGTS, salário mínimo, 13.^o salário, seguro-desemprego, benefícios previdenciários e licença-maternidade não poderão ser negociados.

O texto foi sancionado pelo presidente Michel Temer no dia 13 de julho. As novas regras entram em vigor 120 dias após a publicação da lei no Diário Oficial da União.

A aprovação do texto, uma das principais bandeiras de Temer, foi uma vitória do governo, que enfrenta denúncias de corrupção. A sessão no Senado foi tumultuada. Senadoras contrárias à reforma ocuparam a mesa diretora da Casa. O presidente Eunício Oliveira chegou a mandar cortar a energia, o que deixou o plenário às escuras. Após mais de 11 horas de sessão, marcada por uma série de tumultos, a reforma foi aprovada sem emendas.

Veja as principais mudanças com a Reforma Trabalhista nas próximas páginas:



Contratação

COMO ERA - Todos os que prestam serviço não eventual mediante salário são empregados.

COMO FICA - Continua sendo considerado empregado quem presta serviços mediante salário, porém autônomo não é considerado empregado.



Férias

COMO ERA - As férias de 30 dias podem ser fracionadas em até dois períodos, sendo que um deles não pode ser inferior a 10 dias.

COMO FICA - As férias poderão ser fracionadas em até três períodos, mediante negociação, contanto que um dos períodos seja de pelo menos 15 dias corridos. É vedado o início das férias antes de feriado ou do repouso semanal.



Jornada

COMO ERA - A jornada é limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais, podendo haver até 2 horas extras por dia.

COMO FICA - Jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48 horas, com as horas extras) e 220 horas mensais.



Transporte

COMO ERA - O tempo de deslocamento no transporte oferecido pela empresa para ir e vir do trabalho, cuja localidade é de difícil acesso ou não servida de transporte público, é contabilizado como jornada de trabalho.

COMO FICA - O tempo despendido até o local de trabalho e o retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho.

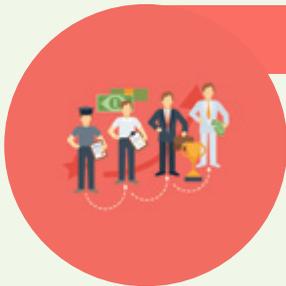
Remuneração



COMO ERA - A remuneração por produtividade não pode ser inferior à diária correspondente ao piso da categoria ou salário mínimo. Comissões, gratificações, percentagens, gorjetas e prêmios integram os salários.

COMO FICA - As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo; auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro; diárias para viagem; prêmios; abonos; e despesas médicas não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

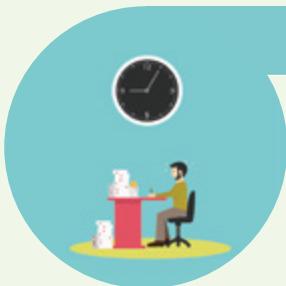
Plano de cargos e salários



COMO ERA - O plano de cargos e salários precisa ser homologado no Ministério do Trabalho e constar do contrato de trabalho.

COMO FICA - O plano de carreira poderá ser negociado entre patrões e trabalhadores sem necessidade de homologação nem registro em contrato, podendo ser mudado constantemente.

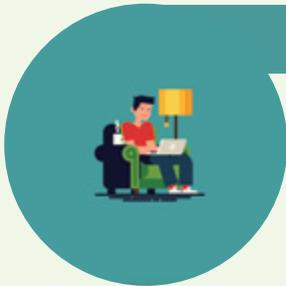
Hora Extra



COMO ERA - Até duas horas diárias com acréscimo de 50%; proibido para empregados com contrato de tempo parcial.

COMO FICA - Também vale para contrato de tempo parcial.

Trabalho remoto (home office)



COMO ERA - A legislação não contempla essa modalidade de trabalho.

COMO FICA - Tudo o que o trabalhador usar em casa será formalizado com o patrão via contrato, como equipamentos e gastos com energia e internet, e o controle do trabalho será feito por tarefa.

Trabalho intermitente (por período)



COMO ERA - A legislação atual não contempla essa modalidade de trabalho.

COMO FICA - O trabalhador poderá ser pago por período trabalhado, recebendo pelas horas ou diária. Ele terá direito a férias, FGTS, previdência e 13º salário proporcionais. No contrato deverá estar estabelecido o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor do salário mínimo por hora ou à remuneração dos demais empregados que exerçam a mesma função. O empregado deverá ser convocado com, no mínimo, três dias corridos de antecedência. No período de inatividade, pode prestar serviços a outros contratantes.

Trabalho parcial



COMO ERA - A CLT prevê jornada máxima de 25 horas por semana, sendo proibidas as horas extras. O trabalhador tem direito a férias proporcionais de no máximo 18 dias e não pode vender dias de férias.

COMO FICA - A duração pode ser de até 30 horas semanais, sem possibilidade de horas extras semanais, ou de 26 horas semanais ou menos, com até 6 horas extras, pagas com acréscimo de 50%. Um terço do período de férias pode ser pago em dinheiro.

Negociação



COMO ERA - Convenções e acordos coletivos podem estabelecer condições de trabalho diferentes das previstas na legislação. As condições estabelecidas em acordo coletivo prevalecem sobre as estipuladas em convenção coletiva.

COMO FICA - Convenções e acordos coletivos poderão prevalecer sobre a legislação. Assim, os sindicatos e as empresas podem negociar condições de trabalho diferentes das previstas em lei, mas não necessariamente num patamar melhor para os trabalhadores. Em negociações sobre redução de salários ou de jornada, deverá haver cláusula prevendo a proteção dos empregados contra demissão durante o prazo de vigência do acordo.



Prazo de validade das normas coletivas

COMO ERA - As cláusulas dos acordos e convenções coletivas de trabalho integram os contratos individuais de trabalho e só podem ser modificados ou suprimidos por novas negociações coletivas. Passado o período de vigência, permanecem valendo até que sejam feitos novos acordos ou convenções coletivas.

COMO FICA - O que for negociado não precisará ser incorporado ao contrato de trabalho. Os sindicatos e as empresas poderão dispor livremente sobre os prazos de validade dos acordos e convenções coletivas, bem como sobre a manutenção ou não dos direitos ali previstos quando expirados os períodos de vigência. E, em caso de expiração da validade, novas negociações terão de ser feitas.



Representação

COMO ERA - A Constituição assegura a eleição de um representante dos trabalhadores nas empresas com mais de 200 empregados, mas não há regulamentação sobre isso. Esse delegado sindical tem todos os direitos de um trabalhador comum e estabilidade de dois anos.

COMO FICA - Os trabalhadores poderão escolher 3 funcionários que os representarão em empresas com no mínimo 200 funcionários na negociação com os patrões. Os representantes não precisam ser sindicalizados. Os sindicatos continuarão atuando apenas nos acordos e nas convenções coletivas.



Demissão

COMO ERA - Quando o trabalhador pede demissão ou é demitido por justa causa, ele não tem direito à multa de 40% sobre o saldo do FGTS nem à retirada do fundo. Em relação ao aviso prévio, a empresa pode avisar o trabalhador sobre a demissão com 30 dias de antecedência ou pagar o salário referente ao mês sem que o funcionário precise trabalhar.

COMO FICA - O contrato de trabalho poderá ser extinto de comum acordo, com pagamento de metade do aviso prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS. O empregado poderá ainda movimentar até 80% do valor depositado pela empresa na conta do FGTS, mas não terá direito ao seguro-desemprego.



Danos morais

COMO ERA - Os juízes estipulam o valor em ações envolvendo danos morais.

COMO FICA - A proposta impõe limitações ao valor a ser pleiteado pelo trabalhador, estabelecendo um teto para alguns pedidos de indenização. Ofensas graves cometidas por empregadores devem ser de no máximo 50 vezes o último salário contratual do ofendido.



Contribuição sindical

COMO ERA - A contribuição é obrigatória. O pagamento é feito uma vez ao ano, por meio do desconto equivalente a um dia de salário do trabalhador.

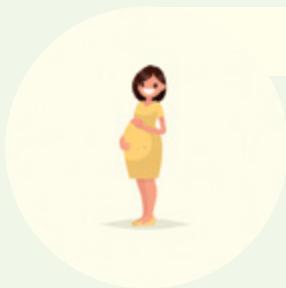
COMO FICA - A contribuição sindical será opcional.



Terceirização

COMO ERA - O presidente Michel Temer sancionou o projeto de lei que permite a terceirização para atividades-fim.

COMO FICA - Haverá uma quarentena de 18 meses que impede que a empresa demita o trabalhador efetivo para recontratá-lo como terceirizado. O texto prevê ainda que o terceirizado deverá ter as mesmas condições de trabalho dos efetivos, como atendimento em ambulatório, alimentação, segurança, transporte, capacitação e qualidade de equipamentos.



Gravidez

COMO ERA - Mulheres grávidas ou lactantes estão proibidas de trabalhar em lugares com condições insalubres. Não há limite de tempo para avisar a empresa sobre a gravidez.

COMO FICA - É permitido o trabalho de mulheres grávidas em ambientes considerados insalubres, exceto situação em que a gestante apresente atestado médico que garanta que há risco ao bebê e à mãe. Mulheres demitidas têm até 30 dias para informar a empresa sobre a gravidez.



Banco de horas

COMO ERA - O excesso de horas em um dia de trabalho pode ser compensado em outro dia, desde que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas. Há também um limite de 10 horas diárias.

COMO FICA - O banco de horas pode ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação se realize no prazo de 6 meses.



Rescisão contratual

COMO ERA - A homologação da rescisão contratual deve ser feita em sindicatos.

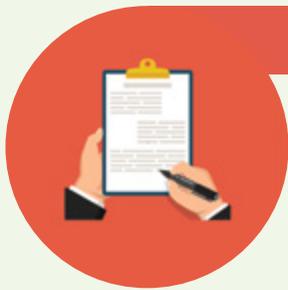
COMO FICA - A homologação da rescisão do contrato de trabalho pode ser feita na empresa, na presença dos advogados do empregador e do funcionário – que pode ter assistência do sindicato.



Ações na Justiça

COMO ERA - O trabalhador pode faltar a até três audiências judiciais. Os honorários referentes a perícias são pagos pela União. Além disso, quem entra com ação não tem nenhum custo.

COMO FICA - O trabalhador será obrigado a comparecer às audiências na Justiça do Trabalho e, caso perca a ação, arcar com as custas do processo. Para os chamados honorários de sucumbência, devidos aos advogados da parte vencedora, quem perder a causa terá de pagar entre 5% e 15% do valor da sentença. O trabalhador que tiver acesso à Justiça gratuita também estará sujeito ao pagamento de honorários de perícias se tiver obtido créditos em outros processos capazes de suportar a despesa.



Multa

COMO ERA - A empresa está sujeita a multa de um salário mínimo regional, por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência.

COMO FICA - A multa para empregador que mantém empregado não registrado é de R\$ 3 mil por empregado, que cai para R\$ 600 para microempresas ou empresa de pequeno porte.

Rentabilidade da suinocultura melhora

Apesar disso, levantamento da FAEP mostra que capacidade de investimento segue limitada



Por Nordon Rodrigo Steptjuk
médico veterinário do DTE/FAEP

A FAEP levanta o custo de produção da suinocultura no Paraná há nove anos. No último levantamento, realizado em abril, foram estudados 16 sistemas produtivos em três regiões representativas da suinocultura paranaense (Campos Gerais, Oeste e Sudoeste).

A metodologia do estudo utiliza as informações levantadas semestralmente em painéis. Nesses encontros, participam suinocultores, técnicos das agroindústrias e cooperativas, representantes das empresas de equipamentos e representantes de instituições financeiras.

Regiões participantes do estudo

SISTEMAS PRODUTIVOS	Regiões		
	abril/17 CAMPOS GERAIS	OESTE	SUDOESTE
UPD		X	X
CRECHEIRO		X	
UPL	X	X	X
CICLO COMPLETO	X		X
UPT	X	X	
COMODATO - UPL	X	X	X
COMODATO - UPD		X	X

Fonte: DTE/FAEP, abr./2017.

Conceitos utilizados no estudo

UPL: Unidade de produção de leitões até a saída da creche.

UPD: Unidade de produção de leitões até o desmame.

CRECHEIRO: Unidade que recebe os leitões da UPD e cria até a terminação (UPT).

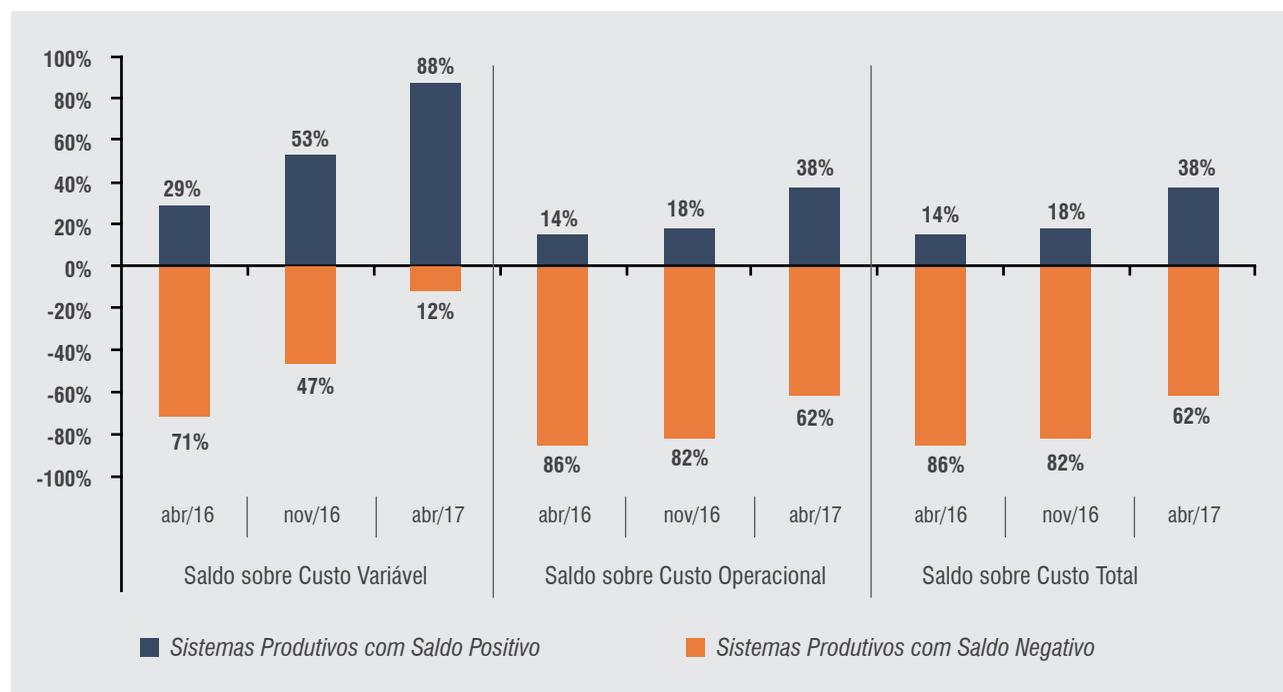
UPT: Unidade que recebe os leitões de uma UPL, ou crecheiro, e executa as fases de crescimento e terminação de suínos para o abate.

CICLO COMPLETO: Unidade que executa todas as fases da criação, desde a produção de leitões até a terminação de suínos para o abate.

COMODATO: Sistema de produção integrado no qual a empresa integradora ou cooperativa fornece ao produtor integrado, sem custos, os animais, alimentação, produtos veterinários e assistência técnica. Neste sistema, o suinocultor fica fiel depositário de bens fornecidos pela empresa, em especial por matrizes e reprodutores, e deve cuidá-los e utilizá-los como se fossem de sua propriedade.

CUSTO VARIÁVEL: Os custos variáveis são aqueles que variam de acordo com o nível de produção da atividade. São os desembolsos diretos do suinocultor. É o item de maior impacto na formação do custo de produção. São custos variáveis as despesas com ali-

Distribuição do percentual de sistemas produtivos conforme os resultados dos últimos levantamentos dos custos de produção da suinocultura 2016/17



Fonte: DTE/FAEP, abr./ 2017.

Resultados

Os resultados do último levantamento do custo de produção indicam melhora na rentabilidade da atividade no Estado. Na comparação com os levantamentos anteriores, houve o aumento dos sistemas produtivos com saldo positivo.

Em abril, 88% dos sistemas estudados apresentaram saldo positivo sobre os custos variáveis, ou seja, a remuneração pelo suíno foi superior ao custo de manutenção da atividade com alimentação, mão de obra, gastos veterinários, dentre outros. No mesmo período do ano anterior, apenas 29% dos sistemas conseguiam custear as despesas variáveis.

O aumento no número de sistemas com saldo positivo foi influenciado pela queda de 43,5% no preço médio do milho e aumento de 28% no preço médio do suíno vivo comercializado no Estado, segundo dados da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab).

Apesar da recuperação da atividade no último semestre, a maioria dos sistemas produtivos, 62%, apresenta saldo negativo sobre os custos operacional e total, ou seja, as receitas da atividade não cobrem as despesas com as depreciações e remuneração do capital investido. Com isso, na maioria dos sistemas produtivos, a atividade não remunera os investimentos em tecnologia e infraestrutura.

mentação, mão de obra, gastos veterinários, gastos com transporte, despesas com energia e combustíveis, despesas com manutenção e conservação, Funrural e despesas eventuais.

CUSTO OPERACIONAL: São os custos variáveis somados às depreciações das instalações, equipamentos e cercas. A depreciação é a redução do valor do bem pela utilização, ou seja, valor necessário para a reposição deste bem ao fim da sua vida útil.

CUSTO TOTAL: É a soma dos custos variáveis, do custo operacional e da remuneração sobre o capital investido em instalações, equipamentos, reprodutores e capital de giro. Na remuneração do capital foi considerado o juro de poupança (6% a.a.) sobre o capital investido em instalações, equipamentos, reprodutores e capital de giro.

Composição do custo de produção

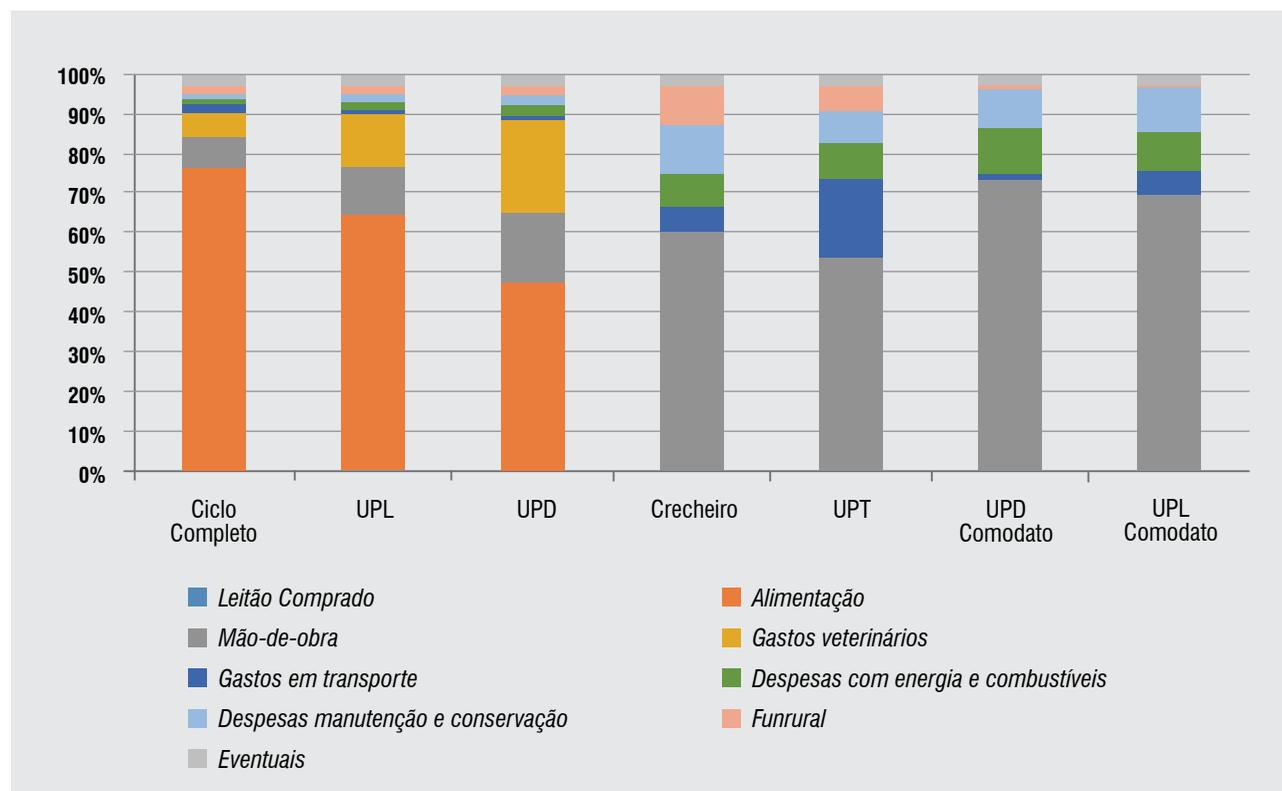
Boa parte dos sistemas produtivos estudados apresentou redução dos custos de produção no comparativo com abril de 2016. Os custos variáveis reduziram de 4% a 7% influenciando a redução do custo total.

O custo variável tem o maior impacto sobre o custo total. Representa os desembolsos necessários para a produção e a manutenção da atividade. A alimentação é o insumo de maior peso no ciclo completo, UPL e UPD. Enquanto, a mão de obra é o principal desembolso do produtor na produção de leitões em comodato, na creche e na UPT.

No ciclo completo, UPL e UPD a alimentação, mão de obra e gastos veterinários representam cerca de 90% do custo variável. A alimentação tem maior participação no ciclo completo, enquanto os gastos veterinários têm a maior participação na UPD.

O custo com a alimentação no ciclo completo representa 76% do custo variável, maior participação entre os sistemas estudados. O item variou de R\$ 2,45 a R\$ 3,06 por quilo de suíno terminado. No comparativo com abril de 2016, o custo médio com a alimentação no ciclo completo teve redução de 6%.

Composição do custo variável para o produtor nos sistemas produtivos da suinocultura - 2017



Fonte: DTE/FAEP, abr./ 2017.

O custo com alimentação na UPL representa 64% do custo variável. Este item teve variação de 35% entre as regiões estudadas. Em média, a alimentação custa R\$ 3,83 por quilo de leitão na saída de creche, variando de R\$ 3,14 a R\$ 4,22 o quilo.

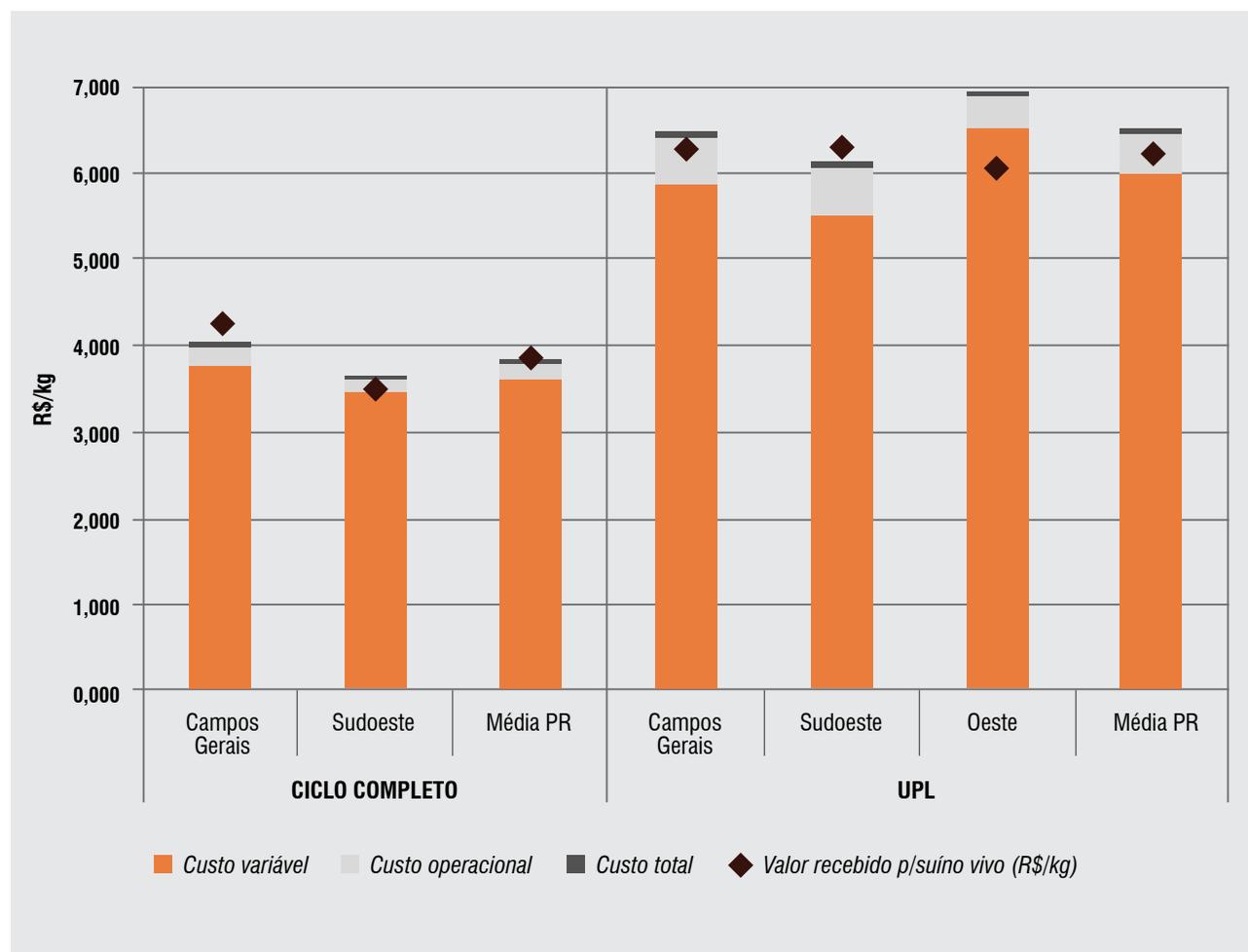
O custo com alimentação representa 47% da despesa variável na UPD. O item variou de R\$ 32,74 a R\$ 45,12 por leitão desmamado no Estado.

No comparativo com abril de 2016, o custo com alimentação na UPL e UPD teve redução média de 14%.

Na produção de leitões em comodato, creche e UPT a mão de obra representa mais de 50% do custo variável para o produtor. O gasto com empregados teve maior participação na composição do custo variável no ciclo completo, UPL e UPD quando comparada ao mesmo período no ano anterior.

Na UPT, os custos variáveis ao produtor ficaram de R\$ 18,48 a R\$ 22,27 por suíno terminado. Os custos com mão de obra e transporte de dejetos representam 74% dos custos variáveis ao produtor.

Composição do custo total no ciclo completo e UPL - 2017



Fonte: DTE/FAEP, abr./2017.

As regiões estudadas apresentaram saldo positivo sobre os custos variáveis no ciclo completo. O valor recebido pelo suíno vivo foi superior ao custo total nos Campos Gerais e inferior ao gasto operacional na região Sudoeste.

O custo total no ciclo completo foi R\$ 3,64 a R\$ 4,04 o quilo do suíno. Esse item teve redução média de 4% no comparativo com abril de 2016. Nessa época, todas as regiões apresentavam saldo negativo sobre os custos variáveis. A remuneração do suíno vivo foi valorizada em cerca de 30% no período.

O maior custo total na produção de leitões em UPL foi na região Oeste e o menor no Sudoeste. Comparando as duas regiões, o número de leitões produzidos por porca no Oeste foi 3,8% inferior, com peso de venda 2% menor que na região Sudoeste. O custo total médio do leitão na UPL foi de R\$ 6,75 o quilo no Estado, variando de R\$ 6,61 a R\$ 7,21 o quilo.

O valor recebido pelo leitão na saída de creche (UPL) cobriu o custo total na região Sudoeste. O item teve redução de 5% e o preço recebido pelo leitão teve aumento de 14% no Sudoeste do Estado, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Apesar de cobrir o custo variável, o preço recebido pelo leitão foi inferior ao custo operacional na UPL dos Campos Gerais. O saldo sobre o custo total era positivo na UPL da região em abril de 2016. O item teve redução de 2% e a remuneração do leitão teve redução de 5% na região, no comparativo com 2016.

O saldo foi negativo sobre o custo variável na UPL da região Oeste. Situação semelhante ao levantamento de abril de 2016. A produção de leitões em comodato apresentou saldo positivo sobre os custos variáveis em todas as regiões estudadas. Na região Sudoeste, a renda com a produção de leitões em UPL cobre o custo total. Nas demais regiões o valor recebido por leitão de creche é inferior ao custo operacional e total.

Em média, o custo total na UPL em comodato é de R\$ 32,98 por leitão, variando de R\$ 28,68 a R\$ 37,13. O custo total médio da UPL teve redução de 18% em relação ao mesmo período do ano passado.

A produção de leitões desmamados (UPD) em comodato apresentou saldo positivo sobre o custo total na região Oeste. Na região Sudoeste, o valor recebido pelo leitão desmamado foi inferior ao custo operacional e total. O custo total médio da UPD em comodato foi de R\$ 28,23 por leitão desmamado, variando de R\$ 26,62 a R\$ 30 por cabeça.

A criação de leitões na creche em comodato é realizada apenas na região Oeste. Este sistema apresenta saldo positivo sobre o custo variável, mas o valor recebido pelo leitão não remunera o custo operacional e total. O custo total médio na creche é de R\$ 8,70 por leitão na região Oeste. Esse sistema produtivo não apresentou grandes variações em relação aos resultados de abril de 2016.

A terminação de suínos (UPT) teve saldo positivo sobre o custo total na região Oeste. O suíno terminado na região teve peso de venda 4,3% superior e custo total 30% inferior aos Campos Gerais, onde o saldo foi negativo sobre os custos variáveis.

O custo total da terminação (UPT) variou de R\$ 23,25 a R\$ 33,38 por suíno no Estado. O custo total médio foi 12% inferior ao levantamento de abril de 2016.

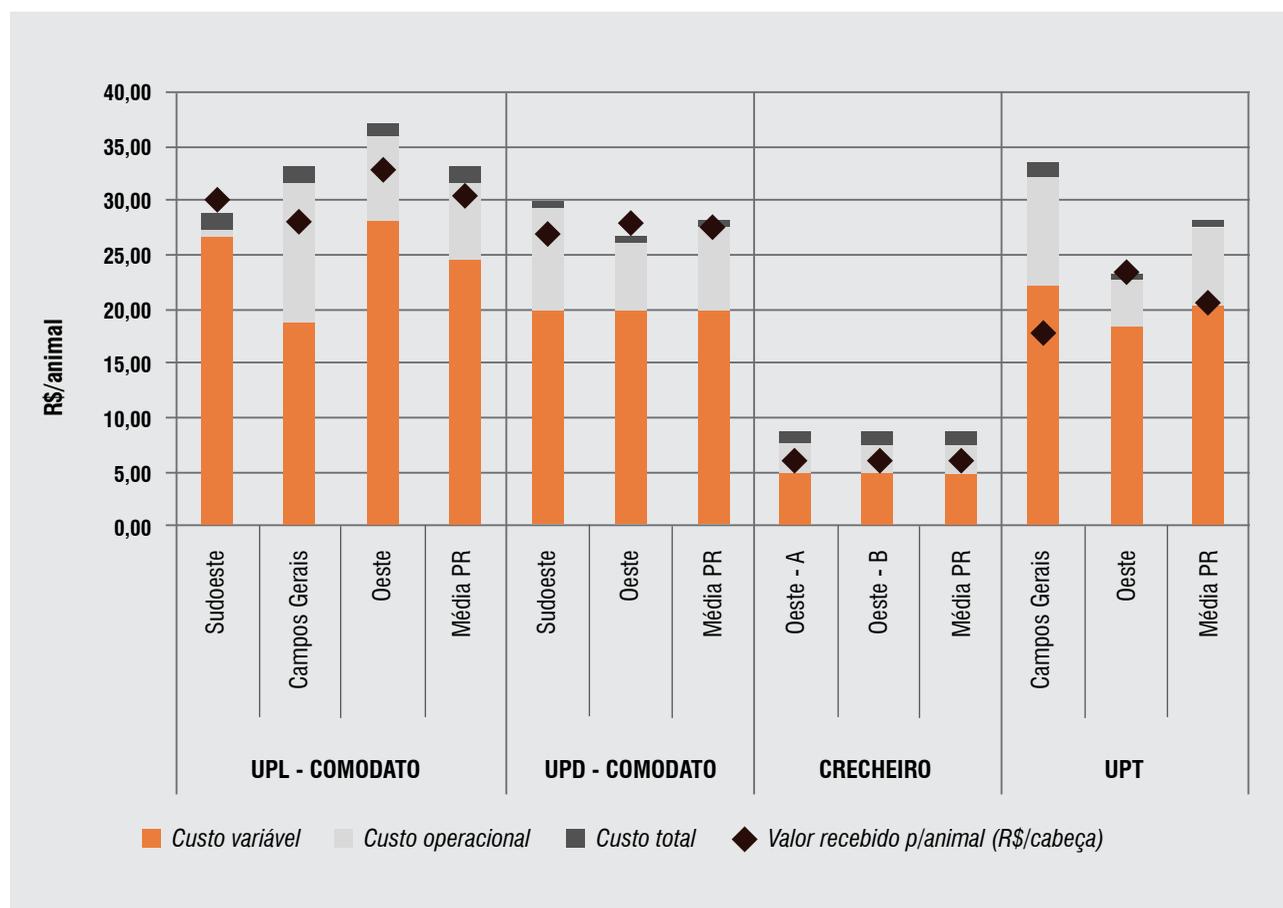
Novos desafios

Os resultados do último levantamento de custo de produção da suinocultura no Paraná indicam a recuperação das margens da atividade. A redução no custo com a alimentação e a valorização no preço do suíno no primeiro quadrimestre de 2017 foi fundamental para essa recuperação.

No entanto, nos últimos meses a atividade tem sofrido com a redução no preço pago ao produtor causada pela queda na demanda interna de carne suína. O preço pago ao produtor caiu 10% no Estado, conforme os dados da Seab e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq). Com isso, o produtor continua com baixa capacidade de investimento na atividade, apesar da recuperação da rentabilidade em alguns sistemas produtivos.

O resultado com informações detalhadas do levantamento estão disponíveis no site do Sistema FAEP.

Composição do custo total no comodato, crecheiro e UPT



Fonte: DTE/FAEP, abr./2017.

PRODUTOR RURAL

Cuidar bem do solo e da água é proteger o nosso maior patrimônio e garantir o futuro.

Procure a EMATER e faça sua adesão até 29 de agosto de 2017.

www.prosolo.pr.gov.br



PROSOLO
PARANÁ

PROGRAMA INTEGRADO DE
CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA DO PARANÁ

PARCEIROS



PATROCINADOR





Milho – uma visão macro do cenário de preços



Por Ana Paula Kowalski
Engenheira agrônoma DTE/FAEP

A safra de grãos 2016/17 do Paraná será a maior da história com 42,85 milhões de toneladas – estimativa de junho de 2017 da Secretaria de Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab). O milho participará com 43,5% deste total, o equivalente a 18,63 milhões de toneladas.

A colheita farta e a demanda lenta, principalmente para a segunda safra, têm exercido forte pressão sobre os preços e isto não é exclusividade do Brasil. Os estoques norte-americanos, por exemplo, estão 11% maiores em relação ao ano passado e o relatório de estoques trimestrais trouxe uma estimativa acima do esperado, de 132,8 milhões de toneladas no dia 30 de junho.

As exportações brasileiras tiveram grande recuperação no mês de junho, mas o volume embarcado neste 1.º semestre (3,21 milhões de toneladas) ainda está muito aquém do verificado nos últimos anos. Sem conseguir es-

coar a produção para o mercado externo, as altas recentes na Bolsa de Valores de Chicago (CBot) demoram a chegar ao produtor brasileiro.

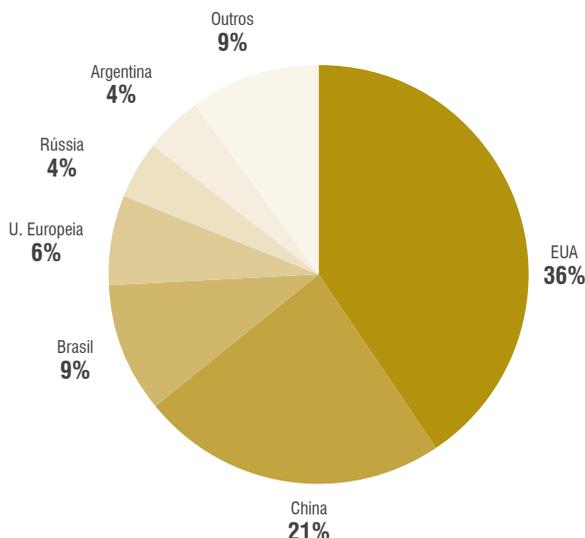
O clima no Meio-Oeste norte-americano segue como um dos poucos sustentáculos do mercado futuro internacional. No Brasil, analistas afirmam que as exportações do segundo semestre podem melhorar o cenário de preços. O grande “porém” será a logística para viabilizar este escoamento (frente uma produção também recorde de soja) e a disputa com outros mercados exportadores tão logo a safra do Hemisfério Norte comece a ser colhida.

Quadro de oferta e demanda mundial

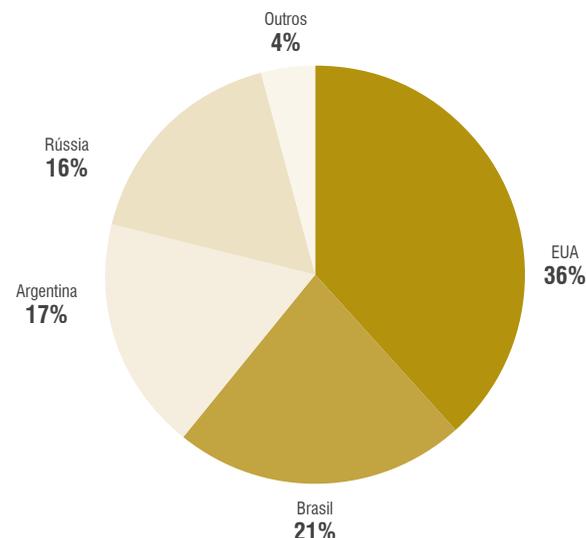
A produção mundial da safra 2016/17 está estimada em 1,07 bilhão de toneladas, a maior da história. Praticamente todos os países com destaque no cenário internacional de produção e exportação de milho tiveram colheitas que superaram a safra 2015/16.

O principal deles, os Estados Unidos produziram 384,78 milhões de toneladas (+11%). A União Europeia 60,71 milhões de toneladas (+3%). O destaque ficou mesmo para os países do Hemisfério Sul. Além do Brasil, a Argentina aumentou a produção de 29 milhões de toneladas para 40 milhões de toneladas e a África do Sul, de 8,21 milhões de toneladas para 16,4 milhões de toneladas.

Participação dos países na produção mundial de milho (safra 2016/17)



Participação dos países na exportação mundial de milho (safra 2016/17)



Fonte: USDA. Elaboração DTE | FAEP

Dada a importância destes países no quadro de oferta e demanda mundial, todos estes bons resultados combinados da safra 2016/17, somados a estoques crescentes desde a safra 2011/12 acarretam uma pressão de oferta que tem reflexo direto sobre os preços do milho. Conforme quadro abaixo.

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DO MILHO (SAFRA 2009/10 A 2016/17)

Em milhões de toneladas

SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
2009/10	143.630	826.406	90.479	1.060.515	822.879	96.618	141.018
2010/11	141.018	837.282	93.432	1.071.732	856.908	91.557	123.267
2011/12	123.267	891.588	100.603	1.115.458	870.532	116.948	127.978
2012/13	127.978	872.634	99.581	1.100.193	871.607	95.422	133.164
2013/14	133.164	993.900	125.461	1.252.525	946.178	131.416	174.931
2014/15	174.931	1.018.552	125.467	1.318.950	967.138	142.402	209.410
2015/16	209.410	968.292	140.390	1.318.092	985.718	119.927	212.447
2016/17*	212.447	1.067.214	137.972	1.417.633	1.034.369	158.678	224.586

* Relatório de Oferta e Demanda - Junho/2017

Fonte USDA. Elaboração DTE | FAEP

Quadro de oferta e demanda brasileira

A safra brasileira 2016/17 consolidará um recorde absoluto de produção de milho. Somadas a 1.^a e a 2.^a safras, serão 93,8 milhões de toneladas de acordo com o 9.^a Levantamento da Safra de Grãos da Conab.

Com exceção das safras 2013/14 e 2015/16, quando problemas climáticos prejudicaram o rendimento das lavouras, as últimas oito safras foram de produção crescente. Na safra 2009/10, a produção nacional de milho foi de 56 milhões de toneladas, ou seja, houve um crescimento de 68% no período.

No comparativo entre a safra 2009/10 e 2016/17, a oferta total de milho aumentou em 61% enquanto que a demanda (consumo interno mais exportação) aumentou 42%, conforme o quadro na próxima página.

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DO MILHO (SAFRA 2009/10 A 2016/17)

Em milhões de toneladas

SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
2009/10	7.113	56.018	392	63.523	46.968	10.966	5.589
2010/11	5.589	57.407	764	63.760	49.029	9.312	5.419
2011/12	4.460	72.980	774	78.213	51.903	22.314	3.996
2012/13	3.996	81.506	911	86.414	53.288	26.174	6.952
2013/14	6.952	80.052	791	87.794	54.542	20.925	12.328
2014/15	12.328	84.672	316	97.316	56.742	30.172	10.401
2015/16	10.401	66.531	3.338	80.270	53.388	18.883	7.999
2016/17*	7.999	93.836	500	102.335	56.100	26.000	20.235

* 9º Levantamento de Grãos - Junho/2017

Fonte Conab. Elaboração DTE | FAEP

Analisando um cenário mais próximo, desta safra em relação a anterior, o crescimento de 9% na área plantada (15,9 milhões de hectares para 17,35 milhões de hectares) combinado com um ganho de 29% da produtividade média nacional (4.178 kg/ha para 5.409 kg/ha) resultou em um incremento de 41% na produção (37,82 milhões de toneladas em valores absolutos).

Produção paranaense

O Paraná é o terceiro maior produtor de milho 1.ª safra, com uma produção de 4,76 milhões de toneladas nesta temporada 2016/17, de acordo com a Seab. O Rio Grande do Sul lidera a produção da 1.ª safra com 6,08 milhões de

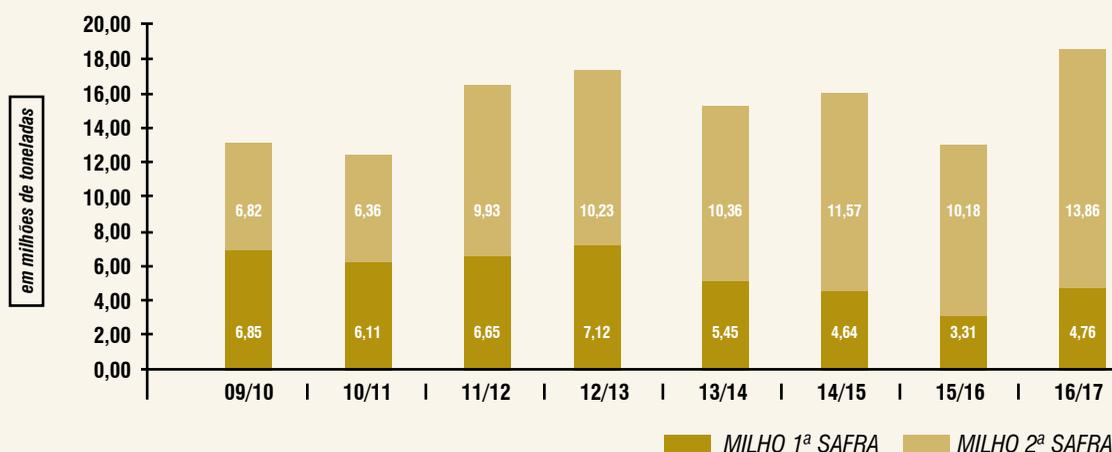
toneladas, seguido de Minas Gerais com 5,8 milhões de toneladas.

A produção paranaense, que vinha de três safras seguidas de queda, teve um incremento de quase 44% neste último ano. A ampliação de área plantada foi o fator preponderante para este aumento combinado à maior produtividade alcançada.

Na 2.ª safra, o Paraná sobe para a segunda posição nacional com 13,86 milhões de toneladas na safra 2016/17. A primeira colocação é do Mato Grosso, com 25,30 milhões de toneladas.

O aumento de 68% na produção do Mato Grosso exerce pressão adicional sobre os preços no Paraná, uma vez que a colheita inicia antes por lá.

Produção de milho do Paraná (safra 2009/10 a 2016/17)

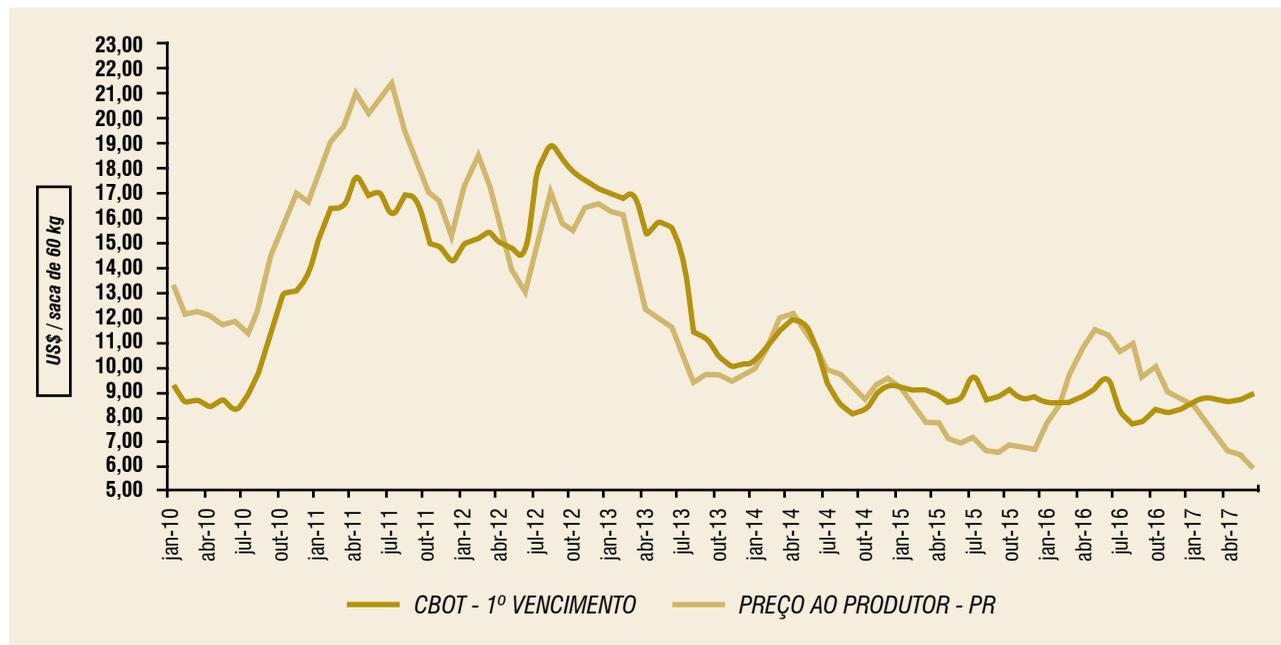


Fonte: USDA. Elaboração DTE | FAEP

Comportamento dos preços – mercados externo e interno

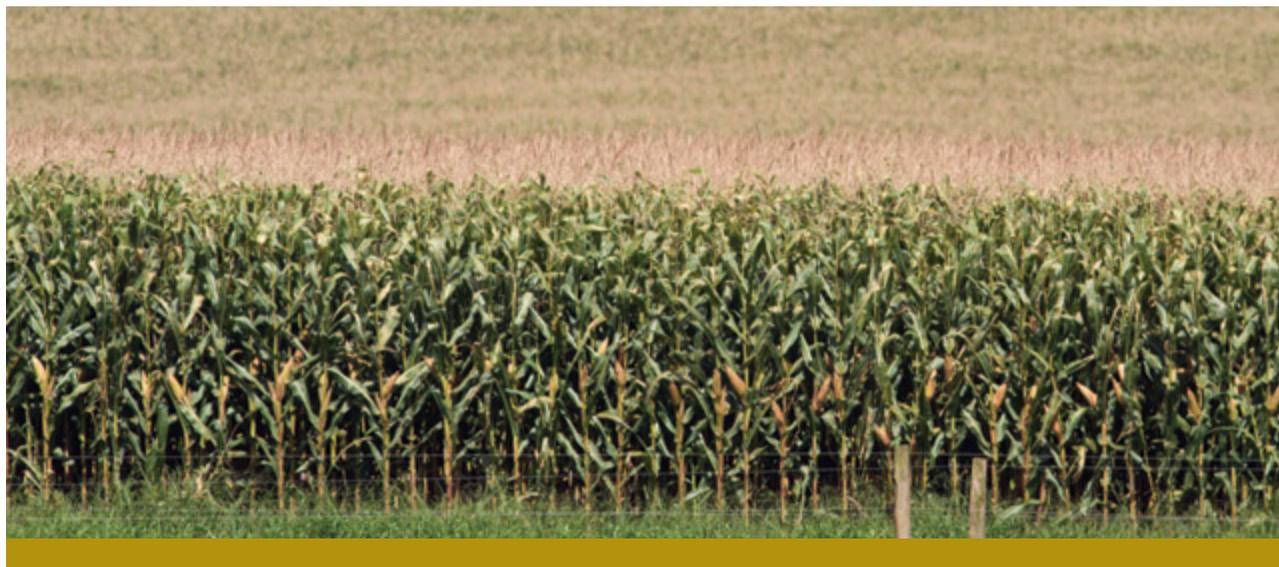
As cotações do milho na Bolsa de Chicago e os preços pagos ao produtor brasileiro possuem correlação positiva, ou seja, as duas variáveis se movem juntas. No período de janeiro de 2010 a junho de 2017, a correlação entre os preços em US\$/saca de 60 kg foi de 0,84 ($r=1$ significa correlação perfeitamente positiva), conforme gráfico abaixo.

Variação dos preços pagos aos produtores do Paraná e cotações do milho na bolsa de Chicago (CBOT)



Em alguns momentos observa-se um descolamento dos preços no mercado internacional e no Paraná. Desde janeiro de 2010, isto ocorreu após a colheita da safra 2014/15 e voltou a ocorrer agora na colheita da safra 2016/17, dois anos em que se registraram grandes produções no Brasil, causando um excesso de oferta do grão no mercado interno.

Este crescimento da oferta em patamares maiores que a demanda é o principal fator que tem mantido os preços do milho baixos tanto no Brasil quanto no mundo. Do lado da demanda, a baixa no preço do petróleo, que se observa desde o final de 2014, também contribui para este panorama baixista, pois afeta o mercado do etanol de milho dos Estados Unidos.



GEADA NEGRA

Fenômeno climático dizimou plantações de café no Paraná, provocando grandes prejuízos a produtores, que perderam tudo da noite para o dia



O então governador Jaime Canet acompanha o estrago provocado pela geada



O dia 18 de julho de 1975 mudou radicalmente a agricultura e a economia do Paraná. A geada negra que se abateu sobre o Estado naquele dia praticamente dizimou as plantações de café, principal cultura agrícola paranaense à época. O frio intenso, aliado ao ar seco e ventos com intensidade moderada a forte, queimou os cafezais do topo à raiz. As plantas ficaram escuras. Produtores perderam tudo. A crise no campo levou à migração de famílias para grandes centros para fugir da recessão econômica que atingiu as cidades da região.

Em 1975, o fenômeno meteorológico cobriu quase todo o território paranaense. Curitiba teve a famosa nevasca. A geada negra também trouxe prejuízos a agricultores de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Na década de 1960, o Paraná chegou a responder por 50% da produção de café do Brasil, com aproximadamente 1,8 milhão de hectares e uma média de 20 mi-

lhões de sacas colhidas. No começo dos anos 1970, a realidade no campo já havia mudado, com agricultores migrando para o cultivo da soja e do trigo. Mesmo assim, o café ainda era a principal cultura. O Estado tinha cerca de 1 milhão de hectares com cafezais (850 milhões de pés). No ano seguinte, não teve café na região para ser colhido. Em um ano, estima-se que a lavoura foi erradicada em 300 mil hectares.

Londrina

A construção da estrada de ferro pelos ingleses foi a responsável pela chegada do café ao Norte Pioneiro do Paraná, de onde se espalhou até o Noroeste do Estado. Londrina, no Norte, virou a capital do café. Pujante e rica, a cidade era referência de prosperidade no país e concentrava as maiores negociações do produto. Após o fatídico 18 de julho de 1975, Londrina perdeu sua força econômica e política para a capital.

Se por um lado o fenômeno climático forçou o êxodo rural, com a redução de 60% da população do campo nas décadas seguintes, passando de 4,5 milhões de pessoas para 1,5 milhão, provocando grande recessão econômica, a geada de 1975 também reforçou o discurso dos que defendiam o fim da monocultura cafeeira no Paraná. A tragédia levou os produtores paranaenses a buscarem outras saídas para o campo. A utilização de alta tecnologia e técnicas modernas ajudaram a reerguer a agricultura do Paraná, transformando-se em uma potência agropecuária.



Luta contra a aftosa

CNA e outras cinco entidades do setor pecuário pedem mudanças na composição da vacina contra a doença. Pleito do Paraná é suspender vacinação até 2021



A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em conjunto com outras cinco entidades representativas do setor pecuário nacional, divulgou no dia 10 de julho uma nota técnica sobre as possíveis reações adversas da vacina contra a febre aftosa.

A Nota Técnica nº 3/2017 pede uma mudança imediata na composição da vacina que é aplicada atualmente em todo rebanho brasileiro (com exceção de Santa Catarina, que é considerado território livre de febre aftosa sem vacinação). Segundo o documento, a substância saponina, que atualmente compõe a vacina oleosa, está relacionada a reações adversas, como irritação exacerbada no local da aplicação, que pode se agravar até casos de edema e reações inflamatórias, com a consequente ocorrência de abscessos.

Além disso, a saponina não está prevista na composição da vacina desenvolvida pelo Centro Panamericano de Febre Aftosa (Panaftosa), entidade científica vinculada à Organização Mundial de Saúde (OMS), que desde 1951 desenvolve trabalhos para controle e erradicação da febre aftosa.

De acordo com a CNA, a ocorrência de abscessos em bovinos pode levar a um prejuízo de dois quilos de carne por carcaça. “Isto nos permite calcular que, em alguns milhões de animais, poderemos ter perdas totais de milhares de toneladas de carne”, diz a nota. “Nesse sentido, considerando os prejuízos, desde o descarte de carne (condenadas no abate), na imagem junto aos consumidores nacionais, até embargos de importantes países importadores de produtos cárneos, solicitamos: retirada imediata da saponina da atual composição da vacina contra febre aftosa; redução do volume da dose de 5 para 2 ml o mais rápido possível; e recomendação de aplicação exclusivamente por via subcutânea”, finaliza o documento.

Além da CNA, a Nota Técnica é assinada pela Associação Brasileira dos Frigoríficos (Abrafrigo), Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPIC), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC).

Pleito do Paraná

A estruturação da defesa sanitária animal, para que o Paraná possa suspender a vacinação contra febre aftosa, é uma reivindicação antiga da FAEP e de outras entidades ligadas ao agronegócio, como a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab) e a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar). A medida beneficiaria a bovinocultura e, principalmente, a suinocultura, uma vez que o Estado possui o maior plantel suíno do país, com 7 milhões de cabeças distribuídas por 23 mil produtores. Indiretamente, traria benefícios para toda cadeia de proteína animal, uma vez que é pré-requisito para obter este status estruturar e equipar a defesa sanitária como um todo.

Especificamente, o pleito do Paraná é antecipar a retirada da vacinação obrigatória e tornar o Estado uma zona independente neste processo, sem ter que aguardar a adequação de outros Estados para obter o reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

De acordo com Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA), o Paraná iria se tornar livre da aftosa sem vacinação somente em 2023. Além disso, ele estaria em um grupo com outros dez estados (Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,

Rio de Janeiro, Sergipe, Tocantins e São Paulo) e mais o Distrito Federal. Com isso, no caso de uma ocorrência da doença em alguma região destes estados, o Paraná seria igualmente penalizado com a perda do reconhecimento de área livre de aftosa sem vacinação.

O plano é que o Estado seja reconhecido pela OIE em 2021. Desta forma realizaria a última campanha de vacinação em novembro de 2018 e em maio de 2019 já não vacinaria mais os animais. Esse processo ainda levaria dois anos para ser concluído, durante os quais haveria uma auditoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e outra da OIE.

Com o título de área livre de febre aftosa sem vacinação, os produtos paranaenses poderiam disputar novos mercados internacionais, hoje inacessíveis. Para conquistar esse patamar, o Estado precisa criar uma barreira sanitária nas divisas com o Mato Grosso do Sul e São Paulo, uma vez que Santa Catarina já é área livre de aftosa sem vacinação e as fronteiras com o Paraguai e Argentina são de responsabilidade federal.

No dia 22 de março, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) recebeu dois novos postos de fiscalização na divisa com o Mato Grosso do Sul, por meio de uma parceria com uma concessionária de rodovias.



Cuidados com a vacinação



Vacinar dentro do período estabelecido;



Adquirir vacinas somente em revendas autorizadas;



Conservar a vacina em temperatura correta (entre 2° a 8°C) até o momento da aplicação;



Aplicar a dose atual, de 5ml, no músculo ou embaixo da pele na região da tábua do pescoço;



Utilizar agulhas e seringas em bom estado e limpas;



Manejar os animais com o mínimo de estresse e nos horários mais frescos do dia.

BB disponibiliza R\$ 13,6 bi a produtores do Paraná

Maior financiador do agronegócio no Brasil, banco lançou oficialmente valores do PAP destinados ao Estado



Ágide Meneguette discursa durante anúncio de financiamento para o PAP 2017/18

O Banco do Brasil (BB) colocou à disposição dos grandes e médios produtores rurais do Paraná cerca de R\$ 13,6 bilhões na safra 2017/18. Os recursos, que integram o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), são destinados a operações de custeio, comercialização e investimentos. O anúncio ocorreu no dia 11 de julho, no Palácio Iguacu, em Curitiba, e contou com a participação do governador Beto Richa e do presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette. “O Banco do Brasil, como principal agente financeiro do crédito rural, tem uma importância histórica no apoio à agropecuária e ao sistema de cooperativas agroindustriais do Paraná”, afirmou Meneguette.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR lembrou ainda que se o Estado atingiu o patamar de ser um dos principais produtores e exportadores do agronegócio nacional, é porque a pesquisa aliada à capacitação dos produtores e assistência técnica permitiu o acesso à tecnologia, que propiciaram aumentos de produtividade e produção com sustentabilidade. “E o financiamento da produção com

o crédito ofertado pelo BB foi o principal instrumento de acesso a essas tecnologias.”

O coordenador do Departamento Técnico-Econômico da FAEP, Pedro Loyola, disse que os produtores rurais paranaenses são os maiores tomadores de financiamento da produção agrícola e pecuária do país. “Em torno de 20% de tudo o que é financiado com o crédito oficial no Brasil são retirados aqui pelo Paraná”, afirmou. Entre os benefícios que podem ser acessados pelos produtores estão recursos para a construção de armazéns e na construção de aviários, por exemplo, setor no qual o Paraná é líder na produção e maior exportador. “Esses recursos que vêm do crédito rural têm importância total para o desenvolvimento das atividades dentro das propriedades rurais, que hoje são mais de 530 mil no Estado”, completou.

O superintendente estadual do BB, Neirim Goulart Duarte, destacou, durante a apresentação em Curitiba, a queda de um ponto percentual nas taxas de juros das linhas de custeio e de dois pontos percentuais nos programas de

Juros do Plano Safra

Segmento	Safra 2016/17	Safra 2017/18	Diferença
Pronaf - Custeio	2,5% / 5,5%	2,5% / 5,5%	0
Pronaf - Investimento	2,5% / 5,5%	2,5% / 5,5%	0
Custeio	9,5%	8,5%	-1
Pronamp - Médio	8,5%	7,5%	-1
Comercialização (FEPM)	9,5%	8,5%	-1
ABC	8,5%	7,5%	-1
PCA - Armazenagem	8,5%	6,5%	-2
Inovagro	8,5%	6,5%	-2
Moderfrota	8,5% / 10,5%	7,5% / 10,5%	-1
Prodecoop	9,5%	8,5%	-1
FCO (com bônus de 15%)	7,3% / 9,35%	6,38% / 8,5%	-0,85

Os percentuais das taxas de juros são anuais

armazenagem e inovação tecnológica. Segundo Duarte, a tendência é que seja cada vez mais fácil acessar os financiamentos do Plano Safra. “Temos recursos abundantes para atender todos os produtores paranaenses e nós estamos trabalhando para ter cada vez menos burocracia, menos exigência de declarações. Hoje o produtor pode fazer a operação de custeio dele ou investimento por meio de um telefonema e, depois, ir à agência somente assinar o contrato”, explicou Duarte.

O governador Beto Richa lembrou que são R\$ 220 bilhões destinados ao Plano Safra em todo o Brasil, o maior

volume da história do Brasil. “Ficamos felizes por esse valor. A agricultura é a base da economia do Estado e o setor contribui para a balança comercial brasileira e estadual. A agropecuária dá respostas como a super-safra, que minimiza os efeitos da crise, gera muitos empregos e riquezas ao país e coloca alimentos na mesa dos brasileiros”, enfatizou.

O Paraná deve fechar a safra 2016/17 com um recorde de produção de 42,8 milhões de toneladas de grãos, o que representa 20,5% da produção nacional (234,3 milhões de toneladas), segundo o IBGE. Para o secretário estadual da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, o próximo ciclo também deve trazer bons resultados. “Do jeito que o quadro está desenhado, com a oferta mundial de grãos, nós deveremos plantar mais soja e menos milho na primavera. Mas, de qualquer forma, o solo será 100% ocupado. Onde seja possível cultivar, nós certamente teremos uma safra boa”, projetou. A linha de financiamento do Banco do Brasil já está disponível para os agricultores desde o dia 3 de julho, início da safra 2017/18.

Também participaram da solenidade de lançamento do Plano Safra do Banco do Brasil no Paraná os secretários estaduais de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho; e Assuntos Estratégicos, Edgar Bueno; o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, Ademir Mueller; a superintendente regional empresarial do Banco do Brasil no Paraná, Elisangela Moroz Zilli; e o superintendente da Fecoopar, Nelson Costa.

Agricultura Familiar

Os números dos recursos disponibilizados ao Plano Safra da Agricultura Familiar também foram detalhados no evento. O segmento terá disponível, em todo o Brasil, R\$ 30 bilhões na safra 2017/18 (desse total, o BB irá disponibilizar R\$ 2,3 bilhões aos paranaenses). “O valor é suficiente para atender as demandas do setor, pois oferecem as condições necessárias para os agricultores familiares investirem na produção”, afirmou o diretor do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab), Francisco Simioni. No Paraná, cerca de 85% das propriedades rurais são comandadas pelo regime familiar. As taxas reduzidas a esses produtores favorecem o investimento em sistemas de produção com uso de energia renovável, irrigação, armazenagem e práticas sustentáveis de manejo do solo e da água.

Banco do Brasil

O Banco do Brasil é o maior financiador do agronegócio no país. Neste ano, a instituição vai destinar R\$ 103 bilhões ao setor, 30% a mais do que o anunciado no ano passado. Ao todo, R\$ 91,5 bilhões irão para o crédito rural a produtores e cooperativas. Desse montante, R\$ 72,1 bilhões vão para operações de custeio e comercialização e R\$ 19,4 bilhões para créditos de investimento agropecuário. Esses números foram oficializados também no dia 11 de julho, em um evento realizado em Brasília. “O agronegócio foi determinante para a melhoria de vários indicadores econômicos, entre eles a inflação”, afirmou o presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, durante a cerimônia. “Esse quadro do setor é fruto da combinação de crédito e tecnologia, mas, acima de tudo, pela eficiência dos produtores rurais brasileiros”, completou.

De olho nos fertilizantes

12% das amostras já analisadas pela Adapar apresentaram irregularidades



O Programa de Fiscalização do Comércio de Fertilizantes e Afins, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), divulgou os resultados das ações em estabelecimentos comerciais realizadas no segundo semestre de 2016, e também no primeiro trimestre de 2017.

O documento fornece, de forma detalhada, informações contidas nos termos de coleta e laudos de análise de cada amostra. Estão disponíveis para o público em geral dados, como natureza física dos fertilizantes, garantias detalhadas do produto, fabricante, lote, além das irregularidades encontradas nas análises. A consulta pode ser feita no site da instituição (adapar.pr.gov.br).

De janeiro a março de 2017, foram coletadas 208 amostras, das quais 111 ainda estão em análise pelo Tecpar, laboratório oficial do Estado cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Das amostras já analisadas, 12 não estavam em conformidade, ou seja, apresentaram garantias divergentes daquelas especificadas no registro do fertilizante. Este número representa 12% das amostras analisadas no período.

A grande maioria das amostras coletadas é de mistura

de grânulos com natureza física sólida, o que significa dizer que cada grânulo não necessariamente contém todos os elementos garantidos na fórmula.

Algumas amostras possuem mais de uma inconformidade associada, com deficiência de mais de um elemento químico. Por este motivo, o número de inconformidades encontradas (15) supera o de amostras irregulares (12). O macronutriente potássio e o micronutriente zinco lideram a lista com três análises desconformes cada, concentrando 40% das irregularidades.

Nitrogênio, fósforo, cálcio, manganês, molibdênio e boro também foram elementos que apresentaram alterações, com concentração abaixo da garantia contida no rótulo do fertilizante comercializado.

A Adapar, de maneira pioneira no Brasil, realiza a coleta de amostras de fertilizantes e afins em estabelecimentos comerciais para a verificação da qualidade desses insumos. Amostras de sementes e agrotóxicos também são coletadas, conforme programação anual e disponibilidade de recursos. Essas avaliações periódicas garantem aos produtores rurais segurança na aquisição de insumos de qualidade.

Prazo estendido para financiamentos

Prorrogação de 50% do valor da parcela pode ser feita com pedido simplificado. Para 100%, produtores precisam apresentar um laudo de acompanhamento da produção



o produtor não precisa apresentar o laudo técnico comprovando a incapacidade de pagamento, o que torna o processo mais ágil e a prorrogação é realizada de forma imediata.

No entanto, o produtor que necessita prorrogar 100% dos valores das parcelas terá que apresentar um laudo de acompanhamento da produção junto com o pedido de renegociação, no qual deve comprovar a incapacidade de pagamento das parcelas. Ou seja, o pedido de renegociação deve ser acompanhado de informações técnicas que permitam à instituição financeira comprovar o fato gerador da incapacidade de pagamento, sua intensidade e o percentual de redução de renda provocado.

Produtores de pecuária de corte ou de qualquer outra atividade agropecuária que estejam em dificuldades em outros agentes financeiros também podem solicitar a prorrogação de financiamentos. O Manual

do Crédito Rural determina que, independentemente de consulta ao Banco Central, é devida a prorrogação da dívida, aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento ao mutuário, em consequência de:

- a) Dificuldade de comercialização dos produtos;
- b) Frustração de safras, por fatores adversos;
- c) Eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

O produtor deve estar atento, pois a prorrogação pode impedir seu acesso a novos financiamentos por conta do aumento do risco do agente financeiro. Verifique com o seu gerente quais as condições para renegociar as parcelas do crédito rural.

Maiores informações e modelos de pedido de prorrogação de custeio e investimentos podem ser acessados no site do Sistema FAEP, no link Serviços.

O Banco do Brasil (BB) vai estender até o final de 2017 a medida que visa facilitar e simplificar a prorrogação das operações da atividade pecuária de custeio (para até um ano) e investimento (para até um ano após o vencimento da última parcela). A medida é válida para pecuaristas com operações financeiras com vencimento até dezembro de 2017 e que estão encontrando dificuldades de comercialização.

A medida atende solicitação da FAEP, que recomenda aos produtores que procurem as agências bancárias para formalizar os pedidos de renegociação com antecedência mínima de 15 dias antes do vencimento das parcelas. O BB possui modelo de carta próprio de pedido de prorrogação.

O BB esclareceu para a FAEP que as renegociações utilizando o pedido simplificado são válidas para casos em que o produtor prorrogue 50% do valor da parcela. Neste caso,



NOVA AURORA

EMPREENDEDOR RURAL

O Sindicato Rural de Nova Aurora promove, de 25 de abril a 3 de outubro, o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – Empreendedor Rural – Fase I. Participam 14 pessoas com a instrutora Michele Carla Roco Piffer.



CIANORTE

COLHEDORA DE CANA

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, realizou, entre 14 e 25 de março, o curso Operação e Manutenção de Colhedoras Automotrizas – Colhedora de Cana. Participaram nove pessoas com o instrutor Claudio Rodrigues da Costa.



BANDEIRANTES

OLERICULTURA

O Sindicato Rural de Bandeirantes promoveu, nos dias 30 e 31 de maio e de 12 a 14 de junho, o curso Trabalhadores Agrícolas na Olericultura – Cultivo em Ambiente Protegido. Participaram 15 pessoas com a instrutora Roseneide Bertolucci.



ANDIRÁ

AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Andirá realizou, de 6 a 8 de junho, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – Norma Regulamentadora 31.8. Participaram dez pessoas com o instrutor Miguel Jorge Watfe Neto.



PALOTINA

AGROTÓXICO

O Sindicato Rural de Palotina realizou, de 8 a 12 de maio, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – Pulverizador Autopropelido. Participaram seis pessoas com o instrutor Alcione José Ristof.



TIBAGI

MOTOSSERRA

O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com a Fazenda Vó Ana, localizada no município de Ventania, promoveu, de 19 a 23 de junho, o curso Motosserra (Corte Polivalente de Árvores). Participaram sete pessoas com o instrutor Laércio Kubiacy.



GUARAPUAVA

ARTESANATO EM PALHA DE MILHO

O Sindicato Rural de Guarapuava promoveu, no dia 28 de junho, o curso Artesanato em Palha de Milho – Produção de Bonecos (as). Participaram 11 pessoas com o instrutor Lindomar Pereira.



ALTAMIRA DO PARANÁ

MOTONIVELADORA

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa, em parceria com a prefeitura de Altamira do Paraná, realizou, entre os dias 19 e 23 de junho, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motoniveladoras (Patroleiro) – Motoniveladora Avançada. Participaram 11 pessoas com o instrutor Newton Cardoso da Silva.

VIA RÁPIDA

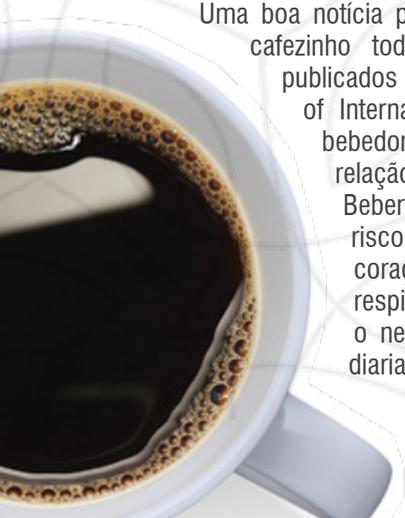
Recorde

O livro Guinness, famoso por registrar recordes pelo mundo, tem um verbete para pessoas fantasiadas de gato. Pois bem, recentemente a publicação reconheceu um novo recorde para o item. Na Malásia, 440 pessoas se fantasiaram de felino para bater o feito anterior, que era de “apenas” 250 pessoas vestidas e pintadas de gato. A façanha foi na cidade de Kuching, que no idioma malaio quer dizer... gato. Kuching tem museu e estátuas em homenagem ao animal.



Viver mais

Uma boa notícia para quem aprecia tomar um cafezinho todos os dias. Dois estudos publicados na revista científica *Annals of Internal Medicine* indicam que os bebedores de café vivem mais em relação a pessoas que não tomam. Beber café é associado a menos risco de morrer por doenças do coração, câncer, diabetes, doenças respiratórias e renais. Na dúvida, o negócio é tomar um cafezinho diariamente.



Letal

O tubarão frequenta o imaginário popular como o animal mais perigoso dos oceanos, capaz de com apenas uma mordida matar ou arrancar um pedaço do corpo da vítima. Mas uma outra criatura marinha é ainda mais letal. A desconhecida e aparentemente inofensiva vespa-do-mar (*Chironex fleckeri*), comum nas praias de Queensland, na Austrália, possui em seus tentáculos, que podem chegar a um metro, células urticantes com um filamento em forma de arpão. Ao lançar o arpão, injetam veneno que ataca nervos, coração e células das vítimas. Um simples toque produz uma dor tão forte que pode fazer com que a vítima se afogue, se não morrer antes de parada respiratória ou ataque cardíaco.



Dedução

Sherlock Holmes e o doutor Watson vão acampar. Após um bom jantar e uma garrafa de vinho, entram nos sacos de dormir e caem no sono. Algumas horas depois, Holmes acorda e sacode o amigo.
– Watson, olhe para o céu estrelado. O que você deduz disso?
Depois de ponderar um pouco, Watson diz:

– Bem, astronômica, estimo que existam milhões de galáxias e potencialmente bilhões de planetas. Astrologicamente, posso dizer que Saturno está em Câncer. Também dá para supor, pela posição das estrelas, que são cerca de 3h15 da madrugada... O que você me diz, Holmes?

Sherlock responde:
– Watson, seu burro! Alguém roubou a nossa barraca.





Primeiro dia

Uma mulher pegou um táxi em direção ao hotel onde ficaria hospedada.

O taxista não disse quase nada durante o percurso, até que a mulher quis fazer-lhe uma pergunta e tocou no seu ombro. Ele gritou, perdeu o controle do carro e, por pouco, não provocou um terrível acidente. Com o carro sobre a calçada, a mulher virou-se para o taxista e disse:

- Francamente, eu não sabia que você se assustaria tanto com um toque no ombro.

- Não me leve a mal, senhora... É que esse é o meu primeiro dia como taxista.

- E o que o senhor fazia antes disso? – perguntou ela.

- Eu fui motorista de carro funerário por 25 anos.



“A vida de uma pessoa consiste num conjunto de acontecimentos, dos quais o último também poderia mudar o sentido de todo o conjunto.”

Italo Calvino (1923-1985),
escritor italiano

Interesse histórico

Um Boeing 737-200, parado há oito anos no aeroporto de Fortaleza (Ceará), faz parte da história da Alemanha. O avião pertenceu à companhia aérea Lufthansa e foi palco, em 1977, de um sequestro que assustou o país europeu por cinco dias. A aeronave foi sequestrada por quatro membros da Frente Popular para a Libertação da Palestina em Palma de Mallorca, na Espanha. O voo tinha como destino Frankfurt (Alemanha). O Boeing tinha 86 passageiros e cinco tripulantes a bordo. Os extremistas exigiam US\$ 15 milhões para libertar os reféns. O avião passou, durante cinco dias, por diversos países para reabastecer até pousar na Somália. Em Mogadíscio, um grupo da elite da polícia alemã invadiu a aeronave, mantendo três terroristas. O piloto do avião havia sido morto pelos extremistas. O governo alemão fechou acordo recentemente com os atuais proprietários do Boeing, uma empresa brasileira, e vai levá-lo desmontado para a Alemanha, onde ficará exposto em um museu local.



UMA SIMPLES FOTO



NADA SE PERDERÁ

Olhar para trás após uma longa caminhada pode fazer perder a noção da distância que percorremos, mas se nos detivermos em nossa imagem, quando a iniciamos e ao término, certamente nos lembraremos o quanto nos custou chegar até o ponto final, e hoje temos a impressão de que tudo começou ontem. Não somos os mesmos, mas sabemos mais uns dos outros. E é por esse motivo que dizer adeus se torna complicado! Digamos então que nada se perderá. Pelo menos dentro da gente...

Guimarães Rosa (1908-1967), escritor brasileiro

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistematica.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistematica.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistematica.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

